



RELATÓRIO DE VIAGEM A DHAKA (BANGLADESH)

(DEPUTADA LAURA CARNEIRO)

O presente Relatório refere-se à viagem a Dhaka/Bangladesh, realizada no período de 1º a 05 de abril de 2017, pela Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), componente da Delegação Brasileira, representando a Câmara dos Deputados, em Missão Oficial.

Objetivo da viagem:

A viagem teve como objetivo participar da 136ª Assembleia Geral da UIP (União Interparlamentar) e Assembleias Relacionadas, na cidade de Dhaka, Bangladesh, que aconteceu de 1º a 05 de abril de 2017 e como componente do Grupo Brasileiro da UIP (formado por Deputadas e Deputados Federais, Senadoras e Senadores da República) e membro da bancada feminina da Câmara dos Deputados, representar o Poder Legislativo Brasileiro, na assembleia. A Delegação foi Chefiada pelo Exmo.Sr. Dep. Átila Lins, Vice-Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar-UIP.

A UIP é uma organização internacional dos parlamentos (artigo 1 do Estatuto da União Inter-Parlamentar). Foi criada em 1889.

A UIP promove contatos, coordenação e troca de experiências entre os parlamentos e os parlamentares de todos os países. Considera as questões de interesse e preocupação internacional e expressa a sua opinião sobre estas questões, a fim de provocar uma ação por parlamentos e parlamentares. Contribui para a defesa e promoção dos direitos humanos - um fator essencial da democracia parlamentar e do desenvolvimento. Contribui para uma melhor compreensão do trabalho das instituições representativas e o fortalecimento e desenvolvimento dos seus meios de ação.

A UIP apoia os esforços das Nações Unidas e coopera com as organizações regionais interparlamentares, bem como com organizações parlamentares regionais e internacionais, organizações intergovernamentais e não governamentais que são inspirados pelos mesmos ideais. Defende que “Parlamentos melhores, democracia mais forte”. “A União é o ponto focal para o diálogo parlamentar em todo o mundo e trabalha para a paz e a cooperação entre os povos e para o firme estabelecimento da democracia representativa”.

A UIP é financiada principalmente por seus membros através de fundos públicos e conta com 173 parlamentos membros.

E. L. Carneiro



A 136ª Assembleia da UIP contou com a participação de cerca de 1206 pessoas, entre elas estavam 607 deputados, desse número, 191 mulheres parlamentares, de 126 países, de todo o mundo, 46 Presidentes de Parlamento, 36 Vice-Presidentes de Parlamento e teve como tema **“Corrigir as desigualdades para assegurar a dignidade e bem-estar para todos”**.

O encontro foi presidido pelo Presidente da UIP, Saber Chowdhury e além das Sessões Plenárias, foram realizadas reuniões das quatro Comissões Permanentes: Paz e Segurança Internacional; Desenvolvimento Sustentável, Finanças e Comércio; Democracia e Direitos Humanos; Assuntos das Nações Unidas e também do Conselho Diretivo, Grupo de Facilitadores, vários Grupos Geopolíticos e Delegações.

Os membros da UIP salientaram que as “desigualdades extremas” têm um alto custo para a sociedade, atrasando o crescimento econômico, prejudicando o processo democrático e a coesão social e aumentando o risco de violência e insegurança.

Foram identificadas medidas para assegurar que a economia beneficie a todos, reforce a proteção dos direitos dos trabalhadores com uma vida digna e melhore a cooperação internacional. Houve um compromisso assumido pelos parlamentares para trabalhar pela implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas e especialmente corrigir as desigualdades entre os países. Foi adotada uma resolução abrangente para garantir o acesso das mulheres aos mecanismos financeiros e facilitar a inclusão das mulheres pobres, assegurando-lhes o acesso ao crédito, à formação financeira e empresarial. O Fórum de Mulheres Parlamentares pediu maior empoderamento das meninas e medidas legais para acabar com a violência de gênero, incluindo a violência sexual que as meninas enfrentam na escola, no caminho para a escola e também em casa. As mulheres deputadas entre outros tópicos, também enfatizaram a necessidade de parar o casamento precoce e a mutilação genital feminina, que são extremamente prejudiciais para a educação e saúde das mulheres.

Ao encerrar o evento, O Presidente da UIP, Saber Chowdhury ressaltou que a Assembleia é um dos muitos passos que precisam ser tomados para garantir que o bem-estar e a dignidade de todos sejam respeitados.

As atividades parlamentares:

Dia 30 de março de 2017 – Quinta-feira(deslocamento):

Às 10h10, **decolagem** do Aeroporto de Brasília, voo da Gol, para o Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro/RJ, com saída, às 2h20, do dia



31/03/17, em avião comercial, voo com destino a Dhaka, com conexão em Dubai, operado pela empresa Emirates.

Dia 1º de abril de 2017 – Sábado:

Às 08h40, chegada ao Aeroporto de Dhaka, em Bangladesh

Das 9h às 9h45- Acomodação no hotel

Das 9h45 às 10h30- Deslocamento para o local do evento.

Das 10h45 às 12h30- Fórum de Mulheres Parlamentares

Das 11h às 12h30- Reunião com os Presidentes dos Grupos Geopolíticos e Presidentes das Comissões Permanentes.

Das 11h às 12h30- Grupo de discussão do Fórum das Mulheres Parlamentares

Das 13h30 às 18h- Comissão de Direitos Humanos dos Parlamentares

Das 14h às 15h- Reunião dos Conselheiros e Secretários das Delegações

Das 14h às 18h- Fórum de Mulheres Parlamentares

Das 14h30 às 17h30- Grupo Consultivo sobre HIV/AIDS e saúde materna, neonatal e infantil

Das 19h30 às 20h30- na Sede da 136ª Assembleia da UIP, Aconteceu a Abertura Oficial da Sessão, iniciada com discurso da Dra. Shirin Sharmin, Presidente do Parlamento de Bangladesh, dando boas-vindas a todos os participantes, destacou que o Parlamento de Bangladesh é membro da UIP desde 1972, tem sido um parceiro ativo na promoção dos valores democráticos em todo o mundo e ficou honrado em sediar a Conferência. Afirmou que a democracia parlamentar em Bangladesh alimenta os valores do Estado de Direito, das liberdades fundamentais e dos direitos humanos, bem como defende a promessa de construir uma sociedade equitativa e inclusiva, livre da pobreza e da exploração, assegurando a justiça econômica, social e política para todos. Desejou uma Conferência produtiva e bem sucedida.

Em seguida, o Presidente da UIP tomou a palavra e após os cumprimentos a todos os presentes ressaltou que Bangladesh luta implacavelmente para estabelecer os direitos das pessoas através de um Parlamento soberano, luta essa que é compromisso de nações de todo o mundo e “apesar de algumas deficiências a democracia é a melhor escolha e um parlamento soberano é a opção certa”. Ressaltou que a União Interparlamentar é um fórum onde os parlamentares podem compartilhar sua experiência e enriquecer o nível de conhecimento dos legisladores do século XXI e que a 136ª Assembleia da UIP percorre um longo caminho na concretização de alcançar a democracia, o desenvolvimento, a cooperação entre os povos e a paz.

Debate Geral

Após a cerimônia de abertura, concedi uma entrevista para a IPU TV.



Dia 02 de abril de 2017 – Domingo:

Das 8h às 9h – Comitê de Direção da Assembleia.

Das 9h às 10h – Conselho do Fórum de Jovens Parlamentares

Das 9h às 11h- Conselho Diretor

Das 9h às 11h- Mesa do Comitê Permanente das Nações Unidas

Das 9h às 12h30- Comitê Permanente de Paz e Segurança Internacional

Das 10h às 13h- Fórum de Jovens Parlamentares da UIP

Das 11h às 12h30- Reunião da ASGP

Das 11h às 13h- Início do Debate Geral com o tema "Corrigir as desigualdades para assegurar dignidade e bem-estar para todos", ressaltando a redução das desigualdades para assegurar a dignidade e o bem-estar de todos

Das 11h30 às 13h- Comitê de Promoção do respeito pelo Direito Internacional Humanitário

Das 14h30 às 17h- Debate Geral

Das 14h30 às 17h30 – Comitê Permanente de Paz e Segurança Internacional

Das 14h30 às 18h- Comissão dos Direitos Humanos dos Parlamentares

Das 14h30 às 18h30- Comitê Permanente de Desenvolvimento Sustentável, Finanças e Comércio

Das 14h30 às 18h30- Assembleia: Decisão sobre o item de emergência.

A delegação brasileira manteve reuniões bilaterais com o Iraque e a Geórgia, por solicitação desses países. O Deputado Átila Lins, Chefe na Delegação, conduziu as reuniões e expressou o desejo brasileiro de estreitar relações com os dois países. No final da tarde, ocorreu a votação para o ponto de urgência. Inicialmente, seis países apresentaram pontos de urgência, mas a Argentina retirou sua solicitação da pauta e a Bélgica, o Quênia e o Reino Unido se uniram e apresentaram o ponto de urgência vencedor "*Atuar com urgência, em nível internacional, para salvar milhões de pessoas da fome e da seca em algumas partes da África e no Yémen*". O Deputado Átila Lins votou pela delegação brasileira no ponto vencedor.

Após as principais conclusões e recomendações, os trabalhos foram encerrados.

Dia 03 de abril de 2017 – Segunda-Feira:

Das 9h30 às 12h30- Comitê Permanente sobre Democracia e Direitos Humanos. Debate sobre o projeto de resolução a aprovar na 137ª Assembleia



sobre a partilha da nossa diversidade: o vigésimo aniversário da Declaração Universal sobre a Democracia

Das 9h às 13h- Comitê Permanente de Paz e Segurança Internacional. Conclusão da redação, em sessão plenária, da resolução sobre o papel dos parlamentos na prevenção da ingerência externa nos assuntos internos dos Estados soberanos.

Das 9h30 às 13h- Comissão dos Direitos Humanos dos Parlamentares *

Das 10h às 12h30- Reunião do ASGP

Das 10h30 às 13h- Assembléia. Debate sobre o item de emergência e continuação do debate geral

Das 14h30 às 18h30- Assembléia: Continuação do Debate Geral

Das 14h30 às 18h30- Comitê de redação possível sobre o item de emergência

Das 14h30 às 16h30- Mesa do Comitê Permanente de Paz e Segurança Internacional

Das 14h30 às 17h30- Reunião do ASGP

Das 14h30 às 18h30- Comitê de redação possível sobre o item de emergência

Das 14h30 às 18h30- Comitê Permanente de Desenvolvimento Sustentável, Finanças e Comércio. Elaboração em sessão plenária da resolução sobre a promoção da cooperação internacional reforçada sobre os SDG, em particular sobre a inclusão financeira das mulheres como motor do desenvolvimento

Das 17h00 às 18h30- Comissão para o Oriente Médio Perguntas

Ainda no dia 3 de abril, a delegação brasileira foi convidada para uma reunião de cortesia com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Md. Shahriar Alam, nas premissas da 136ª Assembleia. A Embaixadora Wanja Nóbrega acompanhou a delegação brasileira.

Após as principais conclusões e recomendações, os trabalhos foram encerrados.

Dia 04 de abril de 2017 – Terça-Feira:

Os trabalhos foram iniciados com um minuto de silêncio em memória das vítimas do ataque terrorista ocorrido em São Petersburgo. Durante a cerimônia o Presid. Da UIP condenou o ataque químico que ocorreu na Síria e declarou que a comunidade parlamentar mundial estava solidária com o povo Russo e Sírio.

Das 9h às 10h- Grupo de Parceria de Gênero

Das 9h às 11h- Mesa do Comitê Permanente de Desenvolvimento Sustentável, Finanças e Comércio



Das 9h às 13h- Comitê Permanente dos Assuntos das Nações Unidas. Debate sobre o acompanhamento parlamentar dos SDG na preparação da sessão de 2017 do Fórum Político de Alto Nível (HLPF) das Nações Unidas, sobre o desenvolvimento sustentável e painel de discussão sobre o tema principal do HLPF de 2017 das Nações Unidas: Erradicar a pobreza e promover a prosperidade num mundo em mudança

Das 9h às 12h30- Comitê Permanente sobre Democracia e Direitos Humanos. Debate sobre Lei agora para adolescentes: O papel dos parlamentares na promoção da saúde e bem-estar dos adolescentes

Das 10 às 12h30- Comitê Executivo

Das 10 às 12h30- Reunião do ASGP

Das 14 às 16h- Debate interativo sobre "Parlamentos na era digital". Parlamentares e redes sociais: Fazer uso efetivo das mídias sociais

Das 14h30 às 16h- Comitê Permanente de Desenvolvimento Sustentável, Finanças e Comércio. Aprovação do projeto de resolução sobre a promoção de uma cooperação internacional reforçada sobre os SDG, em particular sobre a inclusão financeira das mulheres como motor do desenvolvimento

Das 14h30 às 17h30- Reunião do ASGP

Das 14h30 às 18h- Comissão dos Direitos Humanos dos Parlamentares

Das 14h30 às 18h30- Assembleia. Aprovação da resolução sobre o item de emergência e Conclusão do debate geral.

Das 16h30 às 18h30- Comitê Permanente de Paz e Segurança Internacional. Aprovação do projeto de resolução sobre o papel dos parlamentos na prevenção de ingerência externa nos assuntos internos de Estados soberanos.

Das 16h30 às 18h30- Secretaria de Mulheres Parlamentares

Após as principais conclusões e recomendações, os trabalhos foram encerrados.

Dia 05 de abril de 2017 – Quarta-Feira:

Das 9h30 às 13h- Conselho Diretor. Decisões sobre os direitos humanos dos deputados e relatórios de reuniões especializadas.

Das 14h às 15h30- Mesa do Comitê Permanente da Democracia e dos Direitos Humanos.

No último dia da Assembleia, O Conselho Diretor aprovou a recondução do Secretário-Geral, Martin Chungong, a partir do dia 1º de julho de 2018. A Assembleia adotou resoluções para garantir o acesso de mulheres a mecanismos financeiros, onde recomendam que os parlamentares desenvolvam métodos específicos para facilitar a inclusão financeira de mulheres pobres, assegurando o acesso ao crédito, bem como a treinamentos. Na declaração emitida no encerramento da 136ª Assembleia, os Membros da



UIP ressaltaram que “desigualdades extremas” trazem um elevado custo para a sociedade, causando uma estagnação ao crescimento econômico, minando o processo democrático e aumentando o risco de violência e insegurança. Os parlamentares prometeram trabalhar para a implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o Objetivo 10 sobre as desigualdades dentro e entre os países.

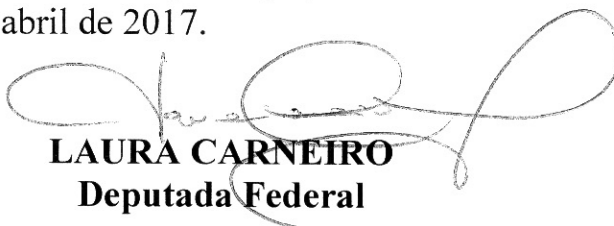
Devido ao forte esquema de segurança que nos acompanhou por toda a nossa estada no país, fomos aconselhados a seguir com antecedência para o aeroporto.

Às 15h- Deslocamento para o Aeroporto de Dhaka/Bangladesh para decolagem às 19h30, em avião comercial, com Conexão em Dubai, operado pela Emirates.

Às 14h30, do dia 08/04/17, desembarque no Aeroporto do Galeão, Rio de Janeiro/RJ. Dando por encerrada a Missão Oficial.

Anexo a este relatório seguem os documentos oficiais da 136ª Assembleia da UIP durante o período da minha participação.

Câmara dos Deputados, abril de 2017.



LAURA CARNEIRO
Deputada Federal



Figura 1 - Deputado José Rocha, Deputada Laura Carneiro, Deputada Maria Helena, Deputado Átila Lins e Embaixadora Wanja Nóbrega



Figura 2 - Conselheiro Júlio Cesar, Deputado José Rocha, Deputada Laura Carneiro, Embaixadora Wanja Nóbrega, Md. Shahriar Alam - Ministro das Relações Exteriores de Bangladesh, Deputado Átila Lins, Sra. Rita Lins, Deputada Maria Helena, Marcos Loureiro



Figura 3 - Sheik Dr. Humam Hamoudi, 1º Vice-Presidente (Iraque Concil of Representatives), e o Deputado Átila Lins



UNION INTERPARLEMENTAIRE

INTER-PARLIAMENTARY UNION

Discurso de Sua Excelência, o senhor Deputado Atila Lins, Vice-Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, por ocasião da 136ª Assembleia Geral da UIP, em Dhaka, Bangladesh.

Senhor Presidente,
Caros colegas parlamentares,

Primeiramente gostaria de agradecer imensamente a cordialidade com que a delegação brasileira foi recebida aqui em Dhaka.

Quero também cumprimentar os organizadores desta Assembleia Geral, em especial os parlamentares envolvidos e todo o Secretariado da UIP.

Caros colegas parlamentares,

Dedicar esta Assembleia à discussão sobre a redução das desigualdades significa aumentar nossas chances de êxito na luta para cumprir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Objetivo 10 - reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles – é crucial para alcançarmos resultado satisfatório até 2030 nas mais diversas áreas.

Isso porque todos os outros objetivos dependem, direta ou indiretamente, de proporcionarmos condições mais justas para os cidadãos que representamos e também entre as nações.

Infelizmente, devido a situações econômicas desfavoráveis, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE – em relatório divulgado em 2015, constatou que a desigualdade de renda aumentou nas últimas três décadas na maioria dos 34 países que compõem a instituição.

No Brasil, graças aos programas sociais implementados, verificamos, no caminho inverso, uma redução das desigualdades, principalmente de renda.

A OCDE diz que o Brasil acertou ao optar por medidas de proteção social e redistribuição de renda para combater a pobreza e a desigualdade.



UNION INTERPARLEMENTAIRE

INTER-PARLIAMENTARY UNION

É inegável que os recentes abalos na economia brasileira têm nos impedido de fazer mais do que vem sendo feito, mas o parlamento brasileiro tem se empenhado, ao votar o Orçamento da União, em garantir a continuidade dos programas sociais e de redistribuição de renda, bem como daqueles que garantem maior acesso à educação, em todos os níveis, incluindo a formação universitária e técnico-profissional.

Esse, aliás, é um dos melhores caminhos para se reduzir a desigualdade: o investimento em educação.

Ao assegurar a formação dos jovens, garantimos mais igualdade de condições na disputa por uma vaga no mercado de trabalho e conseqüentemente ofertamos mais oportunidades.

Prezados colegas,

Reconhecemos que no Brasil um dos grandes desafios atuais é ampliar a igualdade de gênero. As mulheres já são maioria nas universidades brasileiras, mas ainda não têm as mesmas oportunidades de crescimento no mercado de trabalho oferecidas aos homens.

Se aumentarmos a participação feminina na política, que é o que pretendemos fazer em breve, pois o Congresso brasileiro está debatendo uma reforma político-eleitoral e esse é um dos pontos discutidos, certamente as estatísticas mudarão e teremos mais igualdade e justiça.

Eliminar todo e qualquer tipo de prática discriminatória deve ser um objetivo permanente para todos nós.

Enquanto parlamentares, temos a obrigação de aprovar políticas públicas e orçamentárias que promovam paridade de condições entre os cidadãos, não importando o gênero, a raça ou a condição social. Todos devem ter o direito de competir em condições justas.

A redução das desigualdades internas fatalmente impacta positivamente no desenvolvimento econômico e isso melhora a situação de um país no cenário internacional. Por isso nosso trabalho maior é dentro de casa.



UNION INTERPARLEMENTAIRE

INTER-PARLIAMENTARY UNION

Se melhorarmos as condições dentro dos países, vários outros problemas conseqüentemente serão diminuídos, como as migrações desordenadas provocadas pela busca de melhores condições de vida.

Além disso, o comércio internacional pode ser incrementado, bem como o turismo, enfim, gera-se uma onda de benefícios que vai se multiplicando ao longo do tempo.

Mas acredito que a redução da desigualdade entre os países também necessita de atenção especial.

As nações menos favorecidas necessitam de suporte financeiro, tecnológico, educacional, de trocas de experiências bem-sucedidas para que consigam alavancar o desenvolvimento interno.

Dessa forma, o que conseguiremos em médio e longo prazo é ter uma sociedade global mais justa, mais humana e mais solidária.

Muito obrigado.

136th Inter-Parliamentary Union (IPU) Assembly
Inaugural ceremony

Speech
by
HE Sheikh Hasina
Prime Minister
Government of the People's Republic of Bangladesh

National Parliament Bhaban

Saturday
18 Chaitra 1423
1 April 2017

Bismillahir Rahmanir Rahim

The Chair of the inaugural ceremony,
Hon'ble Speakers of IPU Member Parliaments,
Hon'ble Members of Parliaments,
Members of the Diplomatic Corps,
Distinguished Delegates,
Ladies and Gentlemen.

Assalamu Aliakum and a very good evening to you all.

I am deeply honoured to be here this evening to inaugurate the 136th Inter-Parliamentary Union (IPU) Assembly.

This is for the first time that Bangladesh is hosting such a big Conference like the IPU Conference. This is a matter of great honour for us. May I, therefore, take this opportunity to welcome all the distinguished guests to Bangladesh and wish you all a very pleasant and rewarding stay here.

We value our association with IPU, the global organization of national parliament, and are proud of our democratic heritage. We view and regard democracy not just as end itself but also as a means of ensuring prosperity and security for our people.

Ladies and Gentlemen,

The journey of establishing democracy in Bangladesh was never a smooth one. The Father of the Nation Bangabandhu Sheikh Mujibur Rahman had struggled lifelong for realizing the people's rights and establishing democracy. He had to endure inhuman repression and persecution.

In 1970, Awami League, under the leadership of Bangabandhu Sheikh Mujibur Rahman, won the general elections in the then Pakistan. Instead of transferring power to the people's representatives, the

Pakistani rulers imposed an uneven war on the innocent Bangalees. They launched one of the cruelest genocides in the human history on the 25th March 1971 in the name of Operation Searchlight. Bangabandhu declared independence of Bangladesh at the early hours of the 26th March 1971.

At the call of Bangabandhu, the whole Bangalee nation joined the resistance war against the Pakistani junta. We earned ultimate victory on the 16th December 1971 at the cost of 3 million lives and honour of 200 thousand women in the 9-month-long war of liberation.

As Bangabandhu was engaged in reconstructing the war-ravaged country, the defeated reactionary forces assassinated him along with most of his family members on the 15th August 1975. My younger sister and myself survived the assassination as we were abroad on the fateful night.

After the assassination of Bangabandhu, undemocratic military and autocratic rule got roots in the country. In 1979, I began a movement abroad against the military rule. After passing 6 years in exile, I returned home in 1981 and launched a vigorous movement for restoration of democracy. In 1986, I became a member of parliament for the first time and attended the IPU Conference as the Leader of the Opposition.

I had to endure huge persecution, including house arrest, imprisonment and even repeated attempts on my life. At least 19 attempts, including that of the 21st August gruesome grenade attack in 2004, were made on my life. The 21st August grenade attack left 22 people, including the president of my party's women wing, dead and over 500 injured. Thousands of leaders and workers of my party - Bangladesh Awami League - sacrificed their lives for realizing the rights to food and vote. But we never distracted from the struggle of

establishing democracy. I think that only democracy can ensure a prosperous life fulfilling the basic needs of the people.

Ladies and Gentlemen,

The world, no doubt, is moving forward. Visible progress has also been made in hunger situation. But, nearly 800 million people still suffer from malnutrition. A large number of children of the developing nations suffer from stunted growth owing to lack of nutrition. They are deprived of medicare and schooling.

But the earth is filled with all resources for survival of mankind. A little sympathy, support, mutual compassion and fraternity can make the globe hunger-free easily.

The humanity is facing new vices. Terrorism and militancy are costing human lives. Peace is seriously impeded. Militancy is not a problem of a particular country now, but it's a global phenomenon. We have to fight this menace together, otherwise, we would be pushed back to the dark age.

The global climate change is a hot topic in various forums. I raise the issue before this august gathering because we are the worst sufferer from the adverse impact of climate change. The commitment made at different forums for offsetting the adverse impacts, I expect, would be met without delay.

Dear audience,

In Bangladesh, we have been working relentlessly to build a poverty-hunger-free, just, and non-communal democratic country. We have strengthened the democratic institutions, including the national parliament and local government bodies. Now, every tier of the local government bodies, including Union Council, upazilla Council, municipality, City Corporation and District Council are run by the elected representatives.

**PROVISIONAL TABLE SHOWING THE ALLOCATION OF VOTES
AT THE 136th ASSEMBLY**
(According to Article 15.2 of the Statutes)

MEMBERS		Votes under (a)	Population in millions	Votes under (b)	Total number of votes
1.	Afghanistan	10	24.1	4	14
2.	Albania	10	3.0	1	11
3.	Algeria	10	33.2	5	15
4.	Andorra	10	0.08	0	10
5.	Angola	10	25.7	4	14
6.	Argentina	10	41.0	6	16
7.	Armenia	10	3.4	1	11
8.	Australia	10	21.0	4	14
9.	Austria	10	8.4	2	12
10.	Azerbaijan	10	9.5	2	12
11.	Bahrain	10	1.2	1	11
12.	Bangladesh	10	153.0	10	20
13.	Belarus	10	10.2	3	13
14.	Belgium	10	11.2	3	13
15.	Benin	10	7.6	2	12
16.	Bhutan	10	0.7	0	10
17.	Bolivia (Plurinational State of)	10	6.7	2	12
18.	Bosnia and Herzegovina	10	4.3	1	11
19.	Botswana	10	1.3	1	11
20.	Brazil	10	204.4	12	22
21.	Bulgaria	10	8.5	2	12
22.	Burkina Faso	10	10.4	3	13
23.	Burundi	10	10.1	3	13
24.	Cambodia	10	10.7	3	13
25.	Cameroon	10	12.9	3	13
26.	Canada	10	30.8	5	15
27.	Cape-Verde	10	0.3	0	10
28.	Chad	10	11.3	3	13
29.	Chile	10	15.1	3	13
30.	China	10	1,200.0	13	23
31.	Colombia	10	29.5	4	14
32.	Comoros	10	0.7	0	10
33.	Congo	10	1.9	1	11
34.	Costa Rica	10	3.3	1	11
35.	Côte d'Ivoire	10	15.5	3	13
36.	Croatia	10	4.8	1	11
37.	Cuba	10	10.2	3	13
38.	Cyprus	10	0.7	0	10
39.	Czech Republic	10	10.5	3	13
40.	Dem. People's Rep. of Korea	10	20.9	4	14
41.	Dem. Republic of the Congo	10	56.8	7	17
42.	Denmark	10	5.2	2	12
43.	Djibouti	10	0.79	0	10
44.	Dominican Republic	10	9.0	2	12
45.	Ecuador	10	14.0	3	13
46.	Egypt	10	85.7	9	19
47.	El Salvador	10	5.3	2	12
48.	Equatorial Guinea	10	1.0	1	11
49.	Estonia	10	1.5	1	11

MEMBERS		Votes under (a)	Population in millions	Votes under (b)	Total number of votes
50.	Ethiopia	10	87.9	9	19
51.	Federated States of Micronesia	10	0.10	0	10
52.	Fiji	10	0.80	0	10
53.	Finland	10	5.4	2	12
54.	France	10	65.8	8	18
55.	Gabon	10	1.0	1	11
56.	Gambia (The)	10	1.5	1	11
57.	Georgia	10	4.7	1	11
58.	Germany	10	81.3	9	19
59.	Ghana	10	25.0	4	14
60.	Greece	10	10.2	3	13
61.	Guatemala	10	8.2	2	12
62.	Guinea	10	10.6	3	13
63.	Guinea-Bissau	10	1.5	1	11
64.	Guyana	10	0.76	0	10
65.	Haiti	10	10.2	3	13
66.	Honduras	10	8.1	2	12
67.	Hungary	10	10.4	3	13
68.	Iceland	10	0.31	0	10
69.	India	10	1,000.3	13	23
70.	Indonesia	10	206.0	12	22
71.	Iran (Islamic Republic of)	10	60.5	8	18
72.	Iraq	10	26.7	4	14
73.	Ireland	10	4.5	1	11
74.	Israel	10	6.7	2	12
75.	Italy	10	57.0	7	17
76.	Japan	10	123.6	10	20
77.	Jordan	10	5.5	2	12
78.	Kazakhstan	10	17.0	3	13
79.	Kenya	10	38.6	5	15
80.	Kuwait	10	2.2	1	11
81.	Kyrgyzstan	10	5.5	2	12
82.	Lao People's Dem. Rep.	10	5.6	2	12
83.	Latvia	10	2.7	1	11
84.	Lebanon	10	2.4	1	11
85.	Lesotho	10	2.1	1	11
86.	Libya	10	3.9	1	11
87.	Liechtenstein	10	0.03	0	10
88.	Lithuania	10	3.9	1	11
89.	Luxembourg	10	0.4	0	10
90.	Madagascar	10	20.6	4	14
91.	Malawi	10	13.9	3	13
92.	Malaysia	10	22.7	4	14
93.	Maldives	10	0.35	0	10
94.	Mali	10	16.4	3	13
95.	Malta	10	0.3	0	10
96.	Mauritania	10	3.1	1	11
97.	Mauritius	10	1.02	1	11
98.	Mexico	10	104.0	10	20
99.	Monaco	10	0.03	0	10
100.	Mongolia	10	2.9	1	11
101.	Montenegro	10	0.62	0	10

MEMBERS		Votes under (a)	Population in millions	Votes under (b)	Total number of votes
102.	Morocco	10			
103.	Mozambique	10	31.5	5	15
104.	Myanmar	10	12.1	3	13
105.	Namibia	10	60.3	8	18
106.	Nepal	10	1.5	1	11
107.	Netherlands	10	26.4	4	14
108.	New Zealand	10	15.3	3	13
109.	Nicaragua	10	4.4	1	11
110.	Niger	10	5.1	2	12
111.	Nigeria	10	16.5	3	13
112.	Norway	10	140.4	10	20
113.	Oman	10	5.0	2	12
114.	Pakistan	10	2.5	1	11
115.	Palau	10	160.9	11	21
116.	Palestine	10	0.02	0	10
117.	Panama	10	3.9	1	11
118.	Papua New Guinea	10	1.7	1	11
119.	Paraguay	10	3.0	1	11
120.	Peru	10	5.7	2	12
121.	Philippines	10	23.0	4	14
122.	Poland	10	62.1	8	18
123.	Portugal	10	38.5	5	15
124.	Qatar	10	10.3	3	13
125.	Republic of Korea	10	0.88	0	10
126.	Republic of Moldova	10	50.8	7	17
127.	Romania	10	4.3	1	11
128.	Russian Federation	10	23.0	4	14
129.	Rwanda	10	148.8	10	20
130.	Samoa	10	6.2	2	12
131.	San Marino	10	0.17	0	10
132.	Sao Tome and Principe	10	0.02	0	10
133.	Saudi Arabia	10	0.16	0	10
134.	Senegal	10	27.1	4	14
135.	Serbia	10	7.0	2	12
136.	Seychelles	10	9.7	2	12
137.	Sierra Leone	10	0.08	0	10
138.	Singapore	10	4.9	1	11
139.	Slovakia	10	5.08	2	12
140.	Slovenia	10	5.2	2	12
141.	Somalia	10	1.9	1	11
142.	South Africa	10	10.4	3	13
143.	Spain	10	51.7	7	17
144.	South Sudan	10	39.4	5	15
145.	Sri Lanka	10	10.0	3	13
146.	Sudan	10	17.0	3	13
147.	Suriname	10	33.4	5	15
148.	Swaziland	10	0.4	0	10
149.	Sweden	10	1.1	1	11
150.	Switzerland	10	8.7	2	12
151.	Syrian Arab Republic	10	6.7	2	12
152.	Tajikistan	10	12.5	3	13
153.	Thailand	10	5.1	2	12
154.	The fYR of Macedonia	10	60.1	8	18
			2.3	1	11

MEMBERS		Votes under (a)	Population in millions	Votes under (b)	Total number of votes
155.	Timor-Leste	10	0.92	0	10
156.	Togo	10	5.4	2	12
157.	Tonga	10	0.10	0	10
158.	Trinidad and Tobago	10	1.22	1	11
159.	Tunisia	10	10.2	3	13
160.	Turkey	10	76.6	8	18
161.	Uganda	10	17.0	3	13
162.	Ukraine	10	50.1	7	17
163.	United Arab Emirates	10	2.5	1	11
164.	United Kingdom	10	60.2	8	18
165.	United Rep. of Tanzania	10	34.4	5	15
166.	Uruguay	10	3.2	1	11
167.	Venezuela (Bolivarian Rep. of)	10	30.0	5	15
168.	Viet Nam	10	90.3	9	19
169.	Yemen	10	10.5	3	13
170.	Zambia	10	10.9	3	13
171.	Zimbabwe	10	10.4	3	13



Unión Interparlamentaria
Pour la démocratie. Pour tous.

136ª Asamblea de la UIP

Dhaka (Bangladesh), 1 – 5 de abril de 2017



FORO DE LAS MUJERES PARLAMENTARIAS 25ª SESIÓN

Dhaka, 1º de abril de 2017
(de 9.30 a 12.30 horas y de 14 a 18 horas)

Foro de las Mujeres Parlamentarias
Agenda

FEM/25/A.1
20 de febrero de 2017

I. CALENDARIO Y MODALIDADES DE LOS DEBATES

La 25ª Sesión del Foro de las Mujeres Parlamentarias tendrá lugar en el Bangabandhu International Conference Center en Dhaka (Bangladesh). El Foro se reunirá el sábado 1º de abril de 9.30 a 12.30 horas y de 14 a 18 horas.

El Foro constituirá una oportunidad para mantener un diálogo activo y espontáneo. Por lo tanto, las intervenciones deberán ser breves y no exceder los tres minutos. No se preparará una lista previa de oradores. En el plenario los participantes podrán indicar su deseo de hacer uso de la palabra completando un formulario de inscripción que encontrarán sobre sus escritorios.

II. AGENDA PRELIMINAR COMENTADA

1. Elección de la Presidenta de la 25ª Sesión del Foro de las Mujeres Parlamentarias

2. Adopción de la agenda

3. Actividades relativas a la igualdad de género

- a) Informe de la Mesa de las Mujeres Parlamentarias
Los participantes serán informadas de las deliberaciones de la Mesa en sus sesiones realizadas el 23 de octubre de 2016 en Ginebra y el 1º de abril de 2017 en Dhaka.
- b) Informe del Grupo de Parteneriando de Género
Los participantes serán informados de los trabajos y las recomendaciones del Grupo.
- c) Sesión de información: actividades recientes de la UIP en materia de igualdad de género
Los participantes serán informados de los recientes trabajos de la UIP a favor de la igualdad de género.

- d) Seguimiento del Plan de Acción de la UIP para los Parlamentos sensibles al género (2012)

Presentación de la herramienta de autoevaluación Parlamentos: evaluar la sensibilidad al género, seguido de un debate sobre las oportunidades y los desafíos que se presentan a los parlamentos en el marco de los trabajos de autoevaluación respecto a la sensibilidad al género.

Los debates concluirán a las 11 horas.

4. Contribución a los trabajos de la 136ª Asamblea desde una perspectiva de género (FEM/254/4-Inf.1)

Los participantes serán invitados a debatir el siguiente punto del orden del día de la 136ª Asamblea:

- Promover el fortalecimiento de la cooperación internacional en el marco de los ODS, en particular favoreciendo la inclusión financiera de las mujeres como motor del desarrollo (*Comisión Permanente de Desarrollo Sostenible, Financiamiento y Comercio*)

Los participantes se dividirán en dos grupos que debatirán cada uno de los siguientes temas:

Tema 1: Reformar los marcos regulatorios y cambiar las normas culturales desfavorables: una obligación a cumplir para la inclusión financiera de las mujeres

Numerosos obstáculos se oponen a la inclusión financiera de las mujeres. Las leyes discriminatorias, la violencia de género, los estereotipos ligados al género y las normas y costumbres sociales discriminatorias restringen el acceso de las mujeres a la inclusión financiera y al empoderamiento económico. Las políticas y las leyes deben ser sensibles a las cuestiones relativas al género a fin de proveer servicios financieros y un empoderamiento económico adaptados a las mujeres.

El grupo examinará los medios para eliminar los obstáculos al acceso de las mujeres a los servicios financieros y al empoderamiento económico. Explorará la manera en que es necesario concebir, implementar y controlar las políticas sociales y económicas para facilitar la inclusión financiera de las mujeres. Examinará cómo la presupuestación sensible al género puede reforzar estos esfuerzos. El grupo debatirá también el tema de la manera de asegurar que la inclusión financiera esté basada en un ambiente favorable a las mujeres, promovida por el Estado y la cooperación para el desarrollo. Los debates podrán centrarse en la manera de eliminar la discriminación en los derechos relativos a la familia, la tierra, la propiedad y la libertad de circulación. Los participantes podrán examinar la eliminación de la discriminación en las reglamentaciones relativas al trabajo y la seguridad social, en particular las del sector informal y la economía doméstica, en los que las mujeres están más representadas. Las discusiones podrán también cubrir los medios para luchar contra las normas sociales y las costumbres discriminatorias que impiden a las mujeres acceder a los servicios y apoyo financieros.

Los participantes serán invitados a compartir las buenas prácticas y los proyectos innovadores de sus respectivos países.

Tema 2: Promover el acceso de las mujeres más vulnerables a las oportunidades y servicios financieros

Las mujeres constituyen el 70% de la población pobre en el mundo. Los Objetivos de Desarrollo Sostenible prometen responder a las necesidades de los más vulnerables y no dejar a nadie de lado. Si deseamos que la inclusión financiera sea una estrategia eficaz para reducir radicalmente la feminización de

la pobreza, debemos asegurar que los servicios financieros ofrecidos alcancen efectivamente a las mujeres más vulnerables y más marginadas y que realmente se beneficien. Los programas tendientes a mejorar el acceso de las mujeres a los servicios y apoyo financieros con miras a su empoderamiento económico deben así tomar en cuenta la realidad y los derechos de todas las mujeres. Es necesario que éstos incluyan a las mujeres rurales, a las mujeres en situación de crisis y a las mujeres víctima de discriminación múltiple basada en el origen étnico, el estatus matrimonial, el estatus de VIH, el estatus de migrante o refugiado, la edad, discapacidad, etc.

El grupo examinará y compartirá las buenas prácticas relativas a la manera de adaptar y expandir el acceso de todas las mujeres a los servicios financieros. Esto podría incluir el crédito formal, el microcrédito, cuentas de ahorro, seguro de salud, beneficios sociales, servicios de guardería infantil y de apoyo. El grupo también estudiará la manera de entrar en contacto con las mujeres marginadas y de informarles de las oportunidades económicas y los servicios financieros de los que podrán beneficiarse. Los participantes también pondrán acento en la importancia de aportar a los diferentes grupos de mujeres la capacitación y los programas de tutoría específicos.

Los participantes serán invitados a compartir las buenas prácticas y los proyectos innovadores de sus respectivos países.

Sobre la base de la recomendación de la Mesa, el Foro elegirá una moderadora y una relatora por cada grupo, quienes acordarán las principales ideas a presentar a la sesión en plenario del Foro de las Mujeres Parlamentarias que tendrá lugar en su sesión de la tarde.

Cada grupo se reunirá de 11 a 12.30 horas.

El Foro reanudará sus trabajos a las 14 horas.

5. Debate. Participación de las mujeres en política: un nuevo ímpetu para romper el techo de cristal

Los participantes escucharán una presentación sobre el Mapa de las Mujeres en Política, elaborado conjuntamente por la UIP y la ONU para 2017. También serán informados sobre los progresos y los retrocesos de las mujeres parlamentarias en 2016. Posteriormente, los participantes serán invitados a discutir las recientes evoluciones en materia de participación de las mujeres en política a nivel internacional y nacional, y a identificar los medios que permitirán reforzar esta participación.

El debate concluirá a las 16 horas.

6. Panel de debate. Empoderamiento de las niñas hoy para alcanzar el Desarrollo Sostenible mañana

La igualdad de género es un componente esencial de la Agenda de Desarrollo Sostenible 2030. Sin embargo, si deseamos obtener resultados para las mujeres para 2030, debemos comenzar a empoderar a las niñas de hoy. En estos últimos años el acceso de las niñas a la educación y la salud ha mejorado. No obstante, éstas continúan enfrentando la discriminación basada en el sexo y la edad, la violencia y la marginación. Prácticas perjudiciales, tales como los matrimonios de menores y las mutilaciones genitales femeninas continúan socavando el presente y el futuro de las niñas. Los objetivos relativos a la igualdad de género solamente serán alcanzados si dedicamos suficiente atención, voluntad política y recursos a favor del empoderamiento de las niñas hoy. Los participantes serán invitados a compartir las buenas prácticas y a identificar las cuestiones que los parlamentos deben tratar con prioridad para defender los derechos de las niñas y garantizar su empoderamiento.

El panel de debate concluirá a las 17.30 horas.

- 7. Informe de las relatoras de los grupos de discusión**
Las relatoras presentarán su informe. Posteriormente, el Foro les solicitará redactar, en consulta con la Presidenta de la Mesa de las Mujeres Parlamentarias y la Presidenta de la 25ª Sesión del Foro, las enmiendas que serán presentadas durante el debate de la Comisión Permanente de Desarrollo Sostenible, Financiamiento y Comercio (previsto para el domingo 2 de abril de 2017 de 14.30 a 18.30 horas).
- 8. Elecciones a la Mesa Directiva de las Mujeres Parlamentarias**
El Foro será invitado a llenar las vacantes en la Mesa Directiva de las Mujeres Parlamentarias: una representante regional por el Grupo Africano, por el Grupo Asia-Pacífico y por el Grupo Eurasia, respectivamente. Las elecciones se realizarán sobre la base de las candidaturas presentadas por los respectivos grupos geopolíticos.
- 9. Lugar y fecha de la 26ª Sesión del Foro de Mujeres Parlamentarias**

**COMPOSICIÓN Y PRESIDENCIA DE LA MESA DIRECTIVA
DE LAS MUJERES PARLAMENTARIAS
(al 20 de febrero de 2017)**

PRESIDENCIA (marzo 2016 – 2018)

Presidenta	Sra. M. Mensah-Williams (Namibia)
Primera Vicepresidenta	Sra. M. André (Francia)
Segunda Vicepresidenta	Sra. N. Al Kharoosi (Omán)

REPRESENTANTES REGIONALES

Expiración del mandato

Grupo Africano:

<i>Titular:</i>	<i>Suplente:</i>	
Sra. M. Mensah-Williams (Namibia)	Sra. J. Nze Mouenidiambou (Gabón)	marzo 2018
Sra. F. Adedoyin (Nigeria)	<i>Vacante</i>	marzo 2020

Grupo Árabe:

<i>Titular:</i>	<i>Suplente:</i>	
Sra. N. Al Kharoosi (Omán)	Sra. S. Kousantini (Túnez)	marzo 2018
Sra. H. Alhelaissi (Arabia Saudita)	Sra. M. Azer Abdelmalak (Egipto)	marzo 2020

Grupo Asia Pacífico

<i>Titular:</i>	<i>Suplente:</i>	
Sra. W. A. Khan (Bangladesh)	Sra. A. Khalid Parvez (Pakistán)	marzo 2018
Sra. S. Sirivejchapun (Tailandia)	<i>Vacante</i>	marzo 2020

Grupo Eurasia

<i>Titular:</i>	<i>Suplente:</i>	
Sra. V. Petrenko (Rusia)	Sra. E. Shamal (Bielorrusia)	marzo 2018
Sra. L. Gumerova (Rusia)	<i>Vacante</i>	marzo 2020

Grupo Latinoamericano y del Caribe

<i>Titular:</i>	<i>Suplente:</i>	
Sra. A. Ocles Padilla (Ecuador)	Sra. J. Vicente (Rep. Dominicana)	marzo 2018
Sra. E. Mendoza Fernández (Bolivia)	Sra. K. Beteta (Perú)	marzo 2020

Grupo Doce Más

<i>Titular:</i>	<i>Suplente:</i>	
Sra. M. André (Francia)	Sra. P. Ernstberger (Alemania)	marzo 2018
Sra. S. Ataulajhan (Canadá)	Sra. P. E. Locatelli (Italia)	marzo 2020

MIEMBROS DEL COMITÉ EJECUTIVO

(ex officio, por la duración de su mandato en el Comité Ejecutivo)

Sra. F. Benbadis (Argelia)	octubre 2018
Sra. A. Habibou (Níger)	octubre 2019
Sra. G. Eldegard (Noruega)	octubre 2019
Sra. Y. Ferrer Gómez (Cuba)	octubre 2020

PRESIDENTAS DEL FORO DE LAS MUJERES PARLAMENTARIAS

(ex officio por dos años)

Sra. Nguyen Thi Kim Ngan (Vietnam)	Expiración del mandato marzo 2017
Sra. N. Luo (Zambia)	marzo 2018